

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Ata da Reunião Extraordinária 06/12/2021

Aos seis dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e um, às quatorze horas, o Conselho Universitário da Universidade Federal de São Carlos, previamente convocado por meio do Of. 72/2021/ConsUni-FUFSCar, de 01/12/2021, reuniu-se virtualmente, por meio da ferramenta Google Meet, com acesso pelo link: meet.google.com/hic-etfj-tyz, com pauta específica para apresentação da situação crítica do Lago do Campus São Carlos da UFSCar, debate e deliberação sobre os próximos passos. Verificada a instalação do quórum necessário para a reunião, a Profa. Dra. Ana Beatriz de Oliveira, Presidente do ConsUni, congratulou-se e agradeceu a presença e disponibilidade de todos(as) os/as representantes do colegiado e convidados(a) que se encontravam conectados para realização desta reunião em caráter extraordinário, em dia da semana não usual para reuniões do colegiado, tendo sido a data encontrada dada a agenda de final de ano. Registrou a ausência de intérpretes de libras na transmissão da reunião no canal UFSCar Oficial no Youtube, face à pequena disponibilidade desses profissionais na Instituição para atender todas as atividades, e também pela indisponibilidade de atendimento pelo prestador de serviços que costumeiramente atende ao colegiado. Na sequência, registrou as boas-vindas à Profa. Dra. Adriana Barbieri Feliciano, representante efetiva do Conselho do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Ao iniciar contextualização do tema, solicitou paciência a todas as pessoas por se tratar de assunto que vem sendo trabalhado desde 2017, mas a primeira vez neste Conselho para debate e deliberação. Iniciou apresentação histórica, informando que o Lago se formou a partir de uma barragem no Rio Monjolinho, com construção estimada entre os anos de 1970 e 1974, que fez a retenção de água, formando a paisagem bastante representativa do Campus São Carlos, dividindo o campus em área sul e norte. Em janeiro/2013, com alto índice de chuvas e alagamento no local da barragem, a Defesa Civil de São Carlos se fez presente, passando a monitorar o local; elaborou relatório para encaminhamento ao DAEE e MPF, no qual informava que a barragem estava em vulnerabilidade colocando vários pontos da cidade em risco. Nesse período (2012/13), a partir do diagnóstico de que a barragem precisava de manutenção ou refazimento por apresentar danos em sua estrutura, foi elaborado projeto para reconstrução da mesma, tendo sido registrado no Departamento de Água e Energia Elétrica, DAEE, órgão estadual responsável pela fiscalização de barragens. No entanto, a UFSCar nunca conseguiu executá-lo. Em 2017, a partir de vistoria de técnicos de Segurança Pública e Defesa Civil do Município, foi identificada alta vulnerabilidade da barragem, motivando desde então diversas ações de mitigação de riscos. Desde então o Ministério Público Federal, MPF, tem acompanhado a situação, ocasião em que instaurou processo questionando a UFSCar quanto às medidas que estavam sendo tomadas para prevenção de rompimentos na barragem do Lago do Campus São Carlos, além de solicitar o plano de segurança da barragem. Diversas ações de mitigação de riscos e prevenção de acidentes foram realizadas como a interrupção do tráfego de veículos no local, intervenção para redução do nível do volume de água represada, limpeza do canal, planos de contingências, cronograma de manutenção e nomeação de um grupo gestor para elaborar o plano de segurança. Todas as ações foram pactuadas junto ao MPF e acompanhadas pela CETESB e Prefeitura Municipal de São Carlos. Em função dos desastres nas barragens de rejeitos (em Mariana/MG em 2015 e em Brumadinho/MG em 2019), uma série de eventos aconteceram, tornando o problema ainda mais preocupante em virtude da alteração de legislação, Lei de Segurança de Barragens nº 14.066, em setembro/2020, a qual aumentou

53 significativamente o rigor e as exigências apresentadas a gestores de barragens.
54 Importante ressaltar que a legislação se aplica a todo e qualquer tipo de barragem,
55 tanto de rejeitos quanto de água, como é o caso da UFSCar. Apesar de haver um
56 projeto de reconstrução do atual barramento, a nova legislação praticamente
57 inviabiliza (financeira e administrativamente) a permanência da estrutura de
58 barragem no campus da UFSCar. Assim, foram realizadas várias análises e
59 estudos em busca de alternativas para reorganizar a paisagem e o barramento
60 para dar uma situação mais segura para as pessoas e mais confortável para a
61 Universidade. Em maio de 2019, após redução do nível do lago, foi realizado seu
62 esvaziamento completo para dar condição de segurança para a barragem; o MPF
63 aceitou a medida, por considerá-la adequada. Em um histórico mais recente, a
64 atual gestão, logo após sua posse, fez um movimento de aproximação como o MPF,
65 ocasião em que um dos procuradores retomou o assunto da barragem e o Grupo
66 Gestor foi recomposto, mantendo integrantes da formação anterior e incorporando
67 integrantes da gestão atual. O trabalho seguiu com o objetivo inicial de estudo do
68 histórico do processo, viabilizando a continuidade dos trabalhos. Foi também
69 realizado estudo para o entendimento do impacto da barragem na drenagem da
70 água do município, além de novos estudos de possibilidades, planejamentos e
71 aproximação com a prefeitura de São Carlos, com o DAEE para integração de
72 representantes aos trabalhos do Grupo Gestor buscando atuação conjunta para
73 encontrar a melhor estratégia para equacionamento da situação, tendo o grupo se
74 reunido sistematicamente. Comentou que, dada a alta complexidade do tema e a
75 extrema importância do ponto de vista ambiental, a atual gestão tem atuado, a
76 partir do Grupo Gestor, para pensar na melhor estratégia para obtenção de
77 avanços concretos. A partir dos estudos e debates realizados internamente e com
78 os representantes dos órgãos públicos, e das dificuldades orçamentárias para
79 viabilizar a construção e a manutenção permanente de novo barramento de acordo
80 com a nova legislação, a atual gestão sentiu a necessidade de levar o assunto ao
81 conhecimento da comunidade, promovendo debate a partir deste colegiado, para
82 que todos estejam cientes do assunto e para que juntos seja possível pensar na
83 estratégia mais adequada para a Universidade, pois a comunidade estava sendo
84 informada das ações (esvaziamento do lago, interrupção do trânsito) mas não havia
85 detalhamento do que estava sendo realizado. O Prof. Dr. Walter Libardi, ex-Vice-
86 Reitor da UFSCar, coordenador anterior do Grupo Gestor, e integrante do atual
87 Grupo, complementou o histórico informando que após a precipitação ocorrida em
88 2013, o DAEE procurou a Reitoria à época solicitando providências, ocasião em
89 que foi contratada a empresa Terra Nova de Barretos para elaborar o projeto de
90 nova barragem, tendo o DAEE estipulado prazo para conclusão do projeto o qual
91 se encerrou em agosto/2017. Face aos constantes cortes de recursos a partir de
92 2014, não foi possível executar o projeto estipulado à época em R\$ 2,6 milhões;
93 assim, a UFSCar foi multada, mas em recurso conseguiu retirar a multa. Informou
94 que se a opção fosse pelo desassoreamento do lago o valor seria muito maior, pois
95 a mesma empresa havia feito levantamento da existência de 2,5 mil m³ de
96 sedimentos a serem removidos, atualmente certamente mais de 3 mil m³. Assim,
97 diante da impossibilidade de execução do projeto, optou-se pelo esvaziamento do
98 lago e interrupção do tráfego no local. Informou sobre as várias tentativas para
99 obtenção de recursos para execução do projeto e solução do problema, junto ao
100 MEC, ao Ministério da Justiça (a partir de recursos provenientes de multas
101 ambientais), FEHIDRO (fundo estadual de recursos hídricos) e várias outras, mas
102 todas sem sucesso. A Profa. Dra. Silvia Claudia Semensato Povinelli, integrante do
103 Grupo Gestor, especializada na análise de riscos e segurança em recursos hídricos,
104 apresentou detalhadamente a nova legislação e as obrigações da entidade
105 responsável pela barragem. Destacou que apesar da barragem do Monjolinho não
106 ser de rejeitos e/ou abrigar grande volume de água, ela é classificada como alto

107 risco de dano potencial associado, de acordo com os critérios de classificação de
108 barragens por categorias de risco, por apresentar grande circulação de pessoas no
109 entorno, presença de rodovias e de indústrias, além das edificações da própria
110 Universidade. Como essa situação não é passível de modificação – diferentemente
111 daquelas passíveis de serem sanadas por ações de manutenção, as exigências para
112 a Universidade sempre serão elevadas e, assim, exigirão altíssimos investimentos
113 em termos de recursos financeiros e humanos, visto que a Universidade teria que
114 ter uma equipe especializada em barragem, um plano de segurança específico para
115 a barragem e outro de ação emergencial, ou seja, um custo de manutenção
116 permanente e muito elevado. O Prefeito Universitário do Campus São Carlos,
117 Rogério Fortunato Jr., explicitou do ponto de vista da prefeitura, as dificuldades
118 orçamentárias e de pessoal para monitoramento e manutenção da estrutura de
119 barragem no campus. Na sequência, o Prof. Dr. Sérgio Henrique Vannucchi Leme
120 de Mattos, integrante do Grupo Gestor, em sua apresentação contendo visão
121 histórica, situação atual e possibilidades, demonstrou que o Lago da UFSCar não
122 é um componente natural da paisagem e se constitui em um típico ‘problema
123 ambiental complexo’. Apresentou exemplos concretizados no Brasil e no mundo
124 em situações idênticas, apresentando como possível solução para o Lago da
125 UFSCar a alternativa formulada pelo Grupo, referente ao descomissionamento da
126 barragem e renaturalização da área para retomada do curso natural do Rio
127 Monjolinho, por meio de projeto classificado como ‘soluções baseadas na natureza’,
128 cuja alternativa poderá acarretar grandes vantagens ao meio ambiente como a
129 promoção de novos serviços ecossistêmicos, bem como opções de descanso e lazer
130 da comunidade universitária, além da grande redução de riscos e custos
131 envolvidos. O Diretor do Centro Tecnológico de Hidráulica e Recursos Hídricos do
132 DAEE, Noboru Minei, presente na reunião, informou que do ponto de vista do
133 Estado, o processo de descomissionamento de barragens ainda estava sendo
134 estruturado e que, ao ser implementado pela UFSCar, deve se tornar um estudo
135 de caso e referência para novos processos que devem ocorrer no estado de São
136 Paulo e no País. Apresentou algumas sugestões realizadas em outros locais, como
137 a colocação de estruturas artificiais para minimizar o impactos de manutenção.
138 Aberto ao plenário, foram registradas parabenizações ao Grupo Gestor pelos
139 estudos realizados e várias manifestações. A Profa. Dra. Maria da Graça G. Melão
140 comentou entender tudo o que foi apresentado, mas registrou que além da questão
141 histórica e sentimental pelo fato do lago ser uma figura da universidade, ele é
142 muito importante e utilizado como laboratório para estudar questões complexas
143 da ecologia aquática, portanto, esta questão precisaria ser considerada quando a
144 decisão for tomada. O Diretor do Departamento de Gestão Ambiental da Secretaria
145 Municipal de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação, Matheus Reis,
146 representando o Secretário Municipal Prof. José Galizia Tundisi, informou o
147 posicionamento favorável da Secretaria quanto ao descomissionamento da
148 barragem e ao projeto de renaturalização tanto dos ecossistemas ripários quanto
149 das áreas adjacentes, bem como às soluções baseadas na natureza. Que a
150 Secretaria corroborava com tudo que foi apresentado; comentou que qualquer
151 opção a ser realizada certamente terá ganhos e prejuízos e que a Prefeitura poderá
152 auxiliar do ponto de vista técnico; do ponto de vista de manutenção infelizmente
153 as limitações eram grandes, mas algumas coisas são passíveis de se conseguir,
154 tanto na renaturalização quanto nas soluções baseadas na natureza. Nesse
155 sentido informou que juntamente com o Prof. Tundisi estavam trabalhando na
156 busca de financiamentos junto a União Européia e a órgãos dos Estados Unidos,
157 com apresentação de projetos viáveis, plausíveis de trazer benefícios à natureza. A
158 Profa. Dra. Odete Rocha, docente do Departamento de Ecologia e Biologia
159 Evolutiva, presente à reunião, manifestou-se informando estar impressionada
160 pelos trabalhos realizados que possibilitaram a apresentação da proposta de

161 renaturalização do lago, comentando considerar impossível construir outra
162 barragem e também não recomendado. Manifestou-se favorável à possibilidade de
163 colocar estruturas artificiais para minimizar os impactos de manutenção de lagos,
164 conforme sugerido pelo Prof. Noboru Minei, e a possibilidade de se ter vários lagos
165 pequenos, vários espelhos, que poderiam ser feitos sem grandes custos. Na
166 oportunidade, registrou o pedido de que o projeto de renaturalização contemple a
167 manutenção de ecossistemas lênticos de porte e profundidade menor, com
168 colocação de plantas aquáticas, lembrando no entanto, das várias pesquisas em
169 ecossistemas aquáticos desenvolvidos na Universidade não apenas pela área
170 biológica. Registrou parabenizações ao Grupo Gestor pelo trabalho apresentado.
171 Após esclarecimentos, concluídas as manifestações, foi acordado que a proposta
172 de renaturalização, como alternativa à manutenção da barragem, será levada aos
173 Centros para que possa ser amplamente debatida e posteriormente deliberada em
174 uma nova reunião deste Conselho. A Presidência também propôs, como
175 encaminhamento, a incorporação, ao Grupo Gestor da Barragem, de um
176 pesquisador da área de ecologia aquática, tendo havido concordância do Conselho
177 com esse encaminhamento. Registrou ainda, que os campi da UFSCar que também
178 possuem barragens, serão objeto de estudos de segurança.

179 Nada mais havendo a tratar, às 16hs 43min, a Presidência agradeceu a
180 presença e colaboração dos(a) conselheiros(a) e demais presentes, declarando
181 encerrada a presente reunião, da qual, eu, Aparecida Regina F. Canhete, na
182 qualidade de secretária, redigi a presente ata, que assino, após ser assinada pela
183 Presidência e demais membros presentes.

184 Profa.Dra. Ana Beatriz de Oliveira Profa.Dra. Maria de Jesus D.dos Reis Prof.Dr. Pedro Fadini
185 Prof.Dr. Luiz Manoel M.C.Almeida Profa.Dra. Luciana C. S. Coutinho Prof.Dr. Rodrigo C.Martins
186 Prof.Dr. Fábio Gonçalves Pinto Djalma Ribeiro Jr. Profa.Dra. Jeanne Liliane M. Michel
187 Prof.Dr. Guillermo A. L. Villagra Profa.Dra. Maria da Graça G.Melão Prof.Dr. Ricardo T. Fujihara
188 Profa.Dra. Ana Lúcia Brandl Prof.Dr. André C. A. dos Santos Prof.Dr Rodrigo V. Rodrigues
189 Profa.Dra. Giulianna R.Carmassi Profa.Dra. Flávia B.de M. H.Vale Profa.Dra. Priscila M. Medeiros
190 Profa. Alice H.C. Pierson Prof Dr. Márcio L. L Viola Profa.Dra. Maria Silvia de A. Moura
191 Profa. Dra. Adriana B. Feliciano Profa.Dra. Sandra A. Riscal Profa.Dra. Camila J. Camilo
192 Prof.Dr. João Eduardo A. R. da Silva Prof. Dr. Roberto Antonio Martins Prof. Dr. Walter Libardi
193 Prof.Dr. Claudionor F. do Nascimento Prof.Dr. Daniel Vendrúscolo Profa.Dra. Nelci A.C. F.Rocha
194 Profa.Dra. Karina G. de Assis Prof. Dr. Marcos de O. Soares TA's Ailton Bueno Scorsoline
195 Ueslei da Conceição Lopes Catarina A. Oliveira Rafael Porto Santi José Nelson M. Diniz
196 Cássio Barbosa T. Martingo Grads. Janneth Harsany Giovanni M. Carriello
197 Também registraram presença: Izaura do C. Alcoforado, Gisele A. C. Zutin, Antonio Roberto de
198 Carvalho, Profa. Dra. Marystela Ferreira.
199 Dentro os convidados externos, registraram presença: Prof. Dr. Noboru Minei, Sr. Pedro Caballero,
200 Sr. Matheus Reis (representando o Prof. Dr. José Galizia Tundisi), Prof. Dr. Podalyro Amaral de
201 Souza, Eng. Mário Pelissari.